



Anais da Assembléia

N. 91

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1987

ANO XLII

^a 1. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 77.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1987
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Valderi Mendes Vilela.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO- (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e dois Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder à verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação da Ata).

Vinte e oito Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO:

Sob o nº DTL/110/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 073/87, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.543.
Anot-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 79/87, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terreno pertencente ao Estado do Paraná, ao Município de Imbituva-PR, localizado no Distrito de Guamiranga.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) VERA AGIBERT.

JUSTIFICATIVA:

O referido Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Imbituva-Pr, área de terreno de 790,40 metros quadrados, situado no Distrito de Guamiranga, onde será construída e insta-

lada a Sede da Subprefeitura.

O Distrito de Guamiranga foi alvo de considerável desenvolvimento. A Administração Municipal vê-se no dever de prestar um atendimento localizado, descentralizando os serviços públicos com a construção de edifício onde funcionará a Subprefeitura.

Desta forma pleiteamos para que seja dado Regime de Urgência, pela importância do Projeto em questão, principalmente quando observamos que a Administração Pública daquele laborioso Município está empenhada em melhorar o atendimento à população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 53/87 e o Projeto de Lei nº 217/85. Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Preferência de Votação para o Projeto de Resolução nº 49/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Preferência de Votação para o Projeto de Resolução nº 50/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de LINDOESTE.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja incluído na Ordem do Dia desta Casa o Projeto nº 53/87, que trata do Regime Diferenciado de Trabalho para os professores da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Inter-

no, o adiamento da discussão e votação por seis Sessões do Projeto de Resolução nº 49/87, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O DEPUTADO que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o PLENÁRIO, a dispensa de Redação Final, de todos os Projetos de Lei aprovados na data de hoje em 3.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

Apoiamento: Artagão Mattos Leão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 175/87, ao Projeto de Lei nº 259/85, de sua autoria tendo em vista que os projetos em tela versam sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada a Comissão de Deputados, chefiada pelo Presidente desta Assembléia, para acompanhar junto à Assembléia Nacional Constituinte, em Brasília, assuntos de alto interesse e importância para o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

Apoiamento: Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, seja consignado um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Doutor Ambrósio Jorge, ocorrido na data de ontem.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa de voto de pesar pelo falecimento do Padre

Bruno Gali Prado Fonseca, da Paróquia de São Francisco de Assis, no Município de Salgado Filho, ocorrido dia 25 de agosto último.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O entardecer do dia 25 de agosto passado, trouxe o escuro manto da tristeza para o povo do Município de Salgado Filho, com a inesperada notícia da morte - violenta, devido a acidente de veículo - do Padre Bruno, vigário da Paróquia de São Francisco de Assis, daquele Município.

Chegando a Salgado Filho em fevereiro do corrente ano, a 28 daquele mês foi empossado no cargo, passando a trabalhar com o entusiasmo próprio dos que acreditam nos bons resultados do trabalho ao qual se entregam com desprendimento.

O povo de Salgado Filho, por ter identificado esse seu interesse e a agilidade com que executava sua função pastoral vocacional, passou a admirá-lo, reconhecendo, desde logo, sua preocupação, sua dedicação à família e à juventude daquela cidade e de toda a extensão do Município; em sua peregrinação diária visitava capelas e ministrava avisos e palestras - buscando aproximar-se dos paroquianos sempre com sua mensagem de fé e esperança na catequese em geral e na formação de catequistas e de ministros de Eucaristia.

Há tão pouco tempo na orientação da Paróquia de São Francisco de Assis, parecia a todos que ali se encontrava há muitos anos.

Seu passamento deixou, por tudo isso, uma sensação de vazio e imensa tristeza que causou profunda comoção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Artista Plástica Marlene Marques Pletz.

O passamento da ilustre artista plástica, veio abrir uma grande lacuna no mundo artístico paranaense, inclusive difícil de ser preenchida.

A ilustre artista plástica era de tradicional família castrense e residia em Curitiba há vários anos, onde executava suas artes.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento da casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações, com inserção em Ata dos Trabalhos da presente Sessão, pelo transcurso do Dia Nacional do Bancário, comemorado em 28 de Agosto.

REQUER, ainda, que do presente, se dê ciência ao Senhor Paulo José Zanetti, Digníssimo Presidente do Sindicato dos Bancários - Avenida Vicente Machado n. 18 - 8º Andar. CEP 80.420 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, um voto de congratulações à família Arndt, pela inauguração no sábado último transato, da NGM - Physical Center -, a qual certamente muito contribuirá, com os modernos recursos oferecidos, para a conservação da saúde de nossa comunidade.

Outrossim, REQUER, que seja dada ciência da decisão da Casa à referida e ilustre família.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, voto de regozijo e cumprimentos, manifestados à Direção da Escola Estadual Professor Colares, de Ponta Grossa, na pessoa da sua representante, Professora Vilma Terezinha Panzarini Schilla, extensivo ao Corpo Docente e Discente, pela passagem do Jubileu de Ouro, daquele tradicional e renomado estabelecimento de ensino do promissor Município de Ponta Grossa, comemorado no dia 24 de agosto em curso, com programação que se estenderá até novembro próximo.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência àquela direção, no seguinte endereço: Av. Visconde de Mauá, 650 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

No momento em que esse importante segmento do ensino de Ponta Grossa comemora seu cinquentenário, numa expressão simbólica da relevante posição que encerra no contexto educacional de nosso Estado e de sua inestimável contribuição, não poderia este parlamentar deixar de manifestar seu júbilo e orgulho, prestando-lhe sua home-

nagem e registrando nesta Casa de Leis, síntese da história desse tradicional estabelecimento de Ensino que é a Escola Estadual Professor Colares, que é em si, parte da história do ensino paranaense.

Fundado em 1937 e inaugurado a 24 de julho de 1937, sob a denominação de "Grupo Escolar Professor José Colares", foi a 02 de outubro de 1937 designado o seu primeiro Diretor, na pessoa do Professor Alcides Loyola, sendo suas professoras as Senhoras: Júlia Carneiro Rosas, Anita Russo, Alaide Rolim Crucinski, Axylla de Souza Borges, Ariovaldina Andrade, Djanira Costa e Alice Andrade.

Conta hoje com 1 mil e 77 alunos, funcionando em três turnos e atuando nos Cursos de 1º Grau, Regular e Supletivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes e ao Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando estudos para a Construção de Acesso Asfáltico ligando a PR-163 ao Distrito de Canzionópolis - Município de Pranchita.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia da proposição encaminhada à Mesa dos Trabalhos da Câmara de Vereadores de Pranchita pelo Vereador Daniel Lazarotto, em data de 3 de dezembro de 1986, vê-se que não é nova a reivindicação do acesso asfáltico ligando a PR-163 ao Distrito de Canzionópolis. Apesar disso, não se tem notícia de providências a respeito por parte do Órgão competente.

Município novo, coube à Pranchita uma área pequena, comportando um único distrito - o de Canzionópolis, embora sua produção seja significativa gerando receita apreciável - do que decorreu sua emancipação. Se antes, mesmo com a sua importância nas atividades produtivas, os moradores do distrito já encontravam dificuldades nas suas idas e vindas ao centro urbano, com a emancipação essa situação não apresentou melhoras, continuando sem um serviço de transporte coletivo que permita a professores, que se deslocam diariamente ao distrito para suas aulas, agricultores, aposentados e demais moradores atenderem suas necessidades de transporte.

A construção do acesso asfáltico da PR-163 ao Distrito de Canzionópolis, certamente dará condições para que seja criada uma linha de ônibus ligando o distrito à sede, facilitando, igualmente, a ligação com Santo Antônio do Sudoeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado pedido de "apreciação" ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura sobre o Projeto de Ocupação Racional da Ilha do Mel.

A Ilha do Mel, como potencial turístico, deve ser explorada pelo Estado do Paraná, desde que tenha regularizado a posse e domínio daquela localidade. Ocorre que o Serviço de Patrimônio da União cedeu o direito de uso da Ilha para o Estado, mediante certas exigências de benfeitorias a serem executadas em determinado espaço de tempo, sob pena do direito de ocupação e exploração reverter ao Serviço de Patrimônio da União.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício ao Dr. José Carlos Finardi, DD. Presidente do Conglomerado BANESTADO S/A, para a inclusão da Região Oeste e Sudoeste do Paraná, no plano de Financiamento à Casa Própria, a ser operado pela BANESTADO S/A - Crédito Imobiliário, em convênio a ser assinado nesta semana.

Sala das Sessões, em 31/08/87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A imprensa de todo o Estado publicou, ontem, que a BANESTADO S/A - Crédito Imobiliário, investirá 2,4 bilhões de cruzados, no Plano de Financiamento à Casa Própria, num Programa amplo, dos quais 70% serão destinados a novos empreendimentos.

Estranhamente, a cidade de Cascavel, a segunda do Paraná em aplicações de Cadermeta de Poupança nessa instituição bancária, bem assim as demais cidades do Oeste e do Sudoeste do Estado, significativamente participantes do volume de poupança, foram preteridas no quadro dos investimentos previstos para este importante setor.

Mais do que puras sobras, o efetivo atendimento do deficit de moradias enseja uma atenção particularizada, ao menos, à proporção do volume de recursos que repassa ao setor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor Secretário da Segurança Pública, solicitando a liberação de verbas para realização de benfeitorias no prédio da delegacia de polícia do Município de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoio: Werner Wanderer e

Alexandre Ceranto.

JUSTIFICATIVA:

As benfeitorias a que estamos nos referindo são pertinentes a serviços de reforma e pintura no prédio da Delegacia de Rio Bom, o qual encontra-se em precárias condições.

Vindo ao encontro da proposta da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Sucesso, esperamos que haja a receptividade devida ao presente requerimento por parte desta Pasta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ministério da Saúde manifestando a preocupação desta Casa no caso alarmante noticiado pela imprensa, quanto ao uso indiscriminado, nos hospitais, de soros nacionais que pela falta de esterilidade não garantem a segurança dos pacientes; ao mesmo tempo que solicita urgentemente uma ação reparadora a essa mancha negra que vem causando inúmeros óbitos.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministério da Justiça solicitando a fixação de critérios para a contratação de menores no mundo artístico para a representação de papéis de personagens de mau caráter, o que poderá estimular tal elemento a realização, na vida real, da fantasia vivida artisticamente.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Recentemente tivemos a lamentável ocorrência da morte do Fernando (Pixote), o qual através da representação artística, teve valorizada sua experiência de vida como menino marginal de rua, passando mais tarde a viver na vida real o que representara.

Hoje a sociedade cobrou o que ela própria aplaudira no mundo artístico, sem levar em conta o mal que poderia estar proporcionando.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Campo Largo.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Senhor Prefeito municipal, Senhor Carlos Jerônimo Zanlorenzi.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Prefeito Municipal de São José dos Pinhais e ao Secretário da Saúde, Senhor Delcino Tavares, solicitando seja construído Posto de Saúde que atenda os moradores da Planta São Marcos, Jardim Fabíola e Jardim Carmem, conforme reivindicação encaminhada pela Associação de Moradores do Miringuava, em anexo.

O atendimento à saúde é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. Neste sentido solicitamos o empenho das autoridades competentes para que seja sanado o problema das comunidades citadas.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, objetivando uma revisão no programa de execução das obras de construção da estrada do Contorno Leste, no Município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoiamento: Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

Sabendo da relevante importância desta obra dentro do plano de expansão municipal, e baseados nas reivindicações dos agricultores daquela região, vimos solicitar a revisão na programação, uma vez que já existia um traçado que em hipótese alguma prejudicaria a produtividade daquele município, o qual passaria em terrenos já reservados para tal obra. Este traçado a que nos referimos, é o de número 3, no mapa anexo.

Entretanto, nos surpreendemos ao sabermos da existência de mais dois traçados, linhas 1 e 2 (mapa anexo), os quais seriam estudados e analisados por parte desta Pasta.

Conscientes dos excessivos prejuízos que decorrerão caso seja prevalecido o traçado da linha 1 no projeto da obra, pois cortará ao meio todos os lotes ali existentes, os quais possuem terras férteis, com culturas permanentes e temporárias, de cujo cultivo sobrevivem muitas famílias, as quais trabalham em regime de economia familiar, e outras, que oferecem empregos diretos e indiretos a mais de 500 trabalhadores rurais.

Este traçado tornará inviável a exploração do restante das terras, devido a topografia que os terrenos possuem, sendo necessárias construções de barragens de aproximadamente 20 metros de altura no Ribeirão da Raposa, e em épocas de chuva ocasionará erosões e muitas outras dificuldades.

O contrário ocorrerá caso a obra seja executada no traçado de linha número 3, pois os terrenos já estão reservados para tais finalidades - há quase dois anos, e 90% das terras já estão abandonadas e sem cultivo. Este traçado, além de contar com um trajeto mais curto, com menos curvas, é um terreno quase todo plano, não havendo necessidade de aterros e barragens, e conseqüentemente trará uma economia de aproximadamente 30% nos gastos.

Deste modo, mais do que nunca, é de vital importância que seja revista a programação desta obra, para que prevaleça o traçado de linha 3, que seguramente só trará benefícios aos agricultores, evitando conseqüências negativas às terras que se encontram todas corrigidas e no auge de sua produtividade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER envio de expediente ao Dr. Odeni Mongruel, Diretor da Companhia Habitacional do Paraná, solicitando o asfaltamento para as ruas do bairro Aeroporto onde está

situado o conjunto habitacional daquela operosa sociedade.

Sala das Sessões em 31.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Durante o período de campanha política foi prometido pela administração municipal e estadual, atendimento de justa reivindicação da população, no que se refere ao asfaltamento do bairro mais populoso de Jacarezinho, onde se encontra situado o conjunto habitacional da COHAPAR.

A promessa não foi cumprida e os seus moradores vêm sofrendo sérios transtornos devido à poeira intensa, mormente em dias de vento.

A comunidade do bairro Aeroporto carece receber todo o nosso apoio, haja vista a grande concentração de trabalhadores que ali residem e que muito têm colaborado para o desenvolvimento de Jacarezinho.

Solicitamos, assim, o honroso empenho de Sua Excelência, para o breve atendimento do pedido de centenas de moradores, conforme abaixo-assinado em anexo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Senhores Secretário de Estado da Habitação, Doutor Odeni Mongruel e ao Comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar, Tenente Coronel Iberê Índio do Brasil Pereira de Moraes, solicitando estudos no sentido de viabilizar a construção de unidades habitacionais para os integrantes da 2ª Cia. do 7º Batalhão da Polícia Militar, com sede no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O alto custo dos aluguéis praticados no Município se constitui em fator de desequilíbrio do orçamento familiar dos integrantes da 2ª Cia. do 7º Batalhão da Polícia Militar, com sede no Município de Umuarama, o que além de fomentar o desligamento do efetivo cria dificuldades para que os seus integrantes garantam a eficiência do serviço de segurança e proteção da Comunidade local, em vista da baixa remuneração por eles percebidas em virtude da difícil situação econômica que o país atravessa. Apesar de todo esforço que sua Excelência o Governador Álvaro Dias vem fazendo no sentido de transformar esta realidade, o que, embora já apresente algum resultado, não garante ao integrante daquela corporação as condições necessárias para o bom desempenho de suas funções. Sendo o alto custo do aluguel o principal componente da corrosão salarial,

a construção de unidades habitacionais a eles, destinadas seria um grande passo na reversão desta grave realidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental e ouvido o Plenário, o envio de cópias deste requerimento ao Deputado Federal Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, para que tome firme posicionamento contra qualquer proposta a ser inserida no Texto Constitucional que objetive a legalização do aborto no País.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O aborto, tema complexo, sob o aspecto moral, religioso e legal, merece dos Senhores Deputados e Senadores constituintes uma profunda e serena reflexão. O assunto deve e precisa ser encarado e tratado de acordo com a formação cultural de nossa gente, levando-se em conta, sobretudo, nossas origens e sentimentos religiosos. Aceitá-lo simplesmente como um dogma, uma imposição, em decorrência de preceito constitucional, viria trazer sérias e incommensuráveis consequências para todas as futuras gerações brasileiras. Seria uma quebra de nossos costumes morais e cristãos, um desrespeito às tradições de nosso povo, com favorecimento puro e exclusivo à pretensão nefasta e inescrupulosa de uma pequena parcela da sociedade, com tendências e objetivos insólitos e abomináveis de interesses políticos eleitoreiros e altamente anti-cristãos.

Se a legislação penal aplicável à espécie já regulamenta e enumera os casos especiais previstos para a prática do aborto, evitar a sua generalização, com a consequente legalização, ferindo os princípios jurídicos que garantem o direito ao "nascituro" ainda em desenvolvimento ventral, é um dever altamente cristão e social, sobretudo humano, que deverá ser exercido pelos Constituintes brasileiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção nos Anais desta Casa do documento "Educação e Constituinte" elaborado pela Comissão "Educação e Constituinte: contribuição ao debate", da U.F.Pr., formada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, por representantes setoriais dos Professores, por membros da Associação dos Professores da UFPR (APU FPR) do Diretório Central dos Estudantes da UFPR (ACE) e subscrita pelos Reitores da UFPR, UEL, UEM e UEPG.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

Preocupada com o "lobby" desencadeado pelos defensores do ensino privado junto aos constituintes, a Reitoria da UFPR sugeriu a formação da comissão supra citada, reunindo entidades representativas de todos os segmentos acadêmicos. Como consequência, foi elaborado o documento "Educação e Constituinte" que é um contundente manifesto de defesa do ensino público, gratuito e laico, além de manifestar profunda preocupação com a possibilidade de concessão de subsídios indiscriminados à rede privada de ensino.

Em função da gravidade do momento em que a privatização do ensino e sua consequente elitização, aliada à sua baixa qualidade, que se acentua com o passar do tempo, é salutar que pessoas e entidades que atuam diretamente na educação manifestem sua preocupação e procurem alertar toda a sociedade sobre o difícil momento porque passa o ensino público gratuito e laico em nosso país.

Outrossim, este documento adquire grande magnitude quando observamos que foi subscrito pelos seguintes professores: Riad Salamuni, Reitor da UFPR; Jorge Bounasser Filho, Reitor da UEL; Fernando Ponte de Souza, Reitor da UEM; e João Lubczyk, Reitor da UEPG.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 201/87
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE INÁCIO MARTINS", com sede e foro no Município de Inácio Martins.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.87

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA.

A entidade "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE INÁCIO MARTINS", criada em 15 de março de 1986, devidamente registrada no Cartório competente desde 28 de outubro de 1986, constituída para fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional trabalhadores rurais, integrantes do plano da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, tudo no sentido de solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pa-

res com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 202/87
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Cambé passa a contar, a partir da próxima legislatura, com 11 (onze) Vereadores.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

Consoante ao artigo 35, da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar nº 27), estamos apresentando o presente Projeto, contando com o beneplácito desta Augusta Casa de Leis.

De conformidade com a Certidão em anexo, fornecida pelo Juízo Eleitoral da 78ª

Zona de CAMBÉ, constata-se a existência de trinta e um mil seissentos e dezessete eleitores devidamente cadastrados.

PROJETO DE LEI N. 203/87
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO PARANÁ - FAMOPAR", com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO PARANÁ - FAMOPAR", criada em 06 de abril de 1986 em Campo Mourão-PR, e devidamente registrada em Cartório competente desta capital em 23 de junho de 1986, tendo como objetivos principais congregar as Associações de Moradores nos bairros, conjuntos habitacionais e municípios de todo o Estado; promover palestras, debates, seminários, encontros e outras iniciativas; organizar e manter serviços de assistência e apoio no interesse do movimento comunitário; realizar levantamentos, pesquisas, estudos; estimular e ajudar a formação de associações de moradores e seus organismos de articulações; promover, desenvolver, junto com as diversas organizações da população, atividades que visem o interesse comum.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

Curitiba, segunda, em 31.08.87

PROJETO DE LEI N. 204/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de Fundação a Universidade Estadual do Noroeste, com sede no Município de Umuarama.

§ Único - O Estabelecimento de Ensino de que trata este artigo, será organizado em Fundação de Direito Público, de conformidade com as prescrições das Legislações Federal e Estadual.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) NILTON BARBOSA.

PROJETO DE LEI N. 205/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE DOENTES E DEFICIENTES FÍSICOS-ACDD", com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, encontra-se devidamente registrada sob nº 624, em data de 05 de setembro de 1984, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Foz do Iguaçu-PR. Trata-se de entidade com fins estritamente filantrópicos, atuando na área de assistência às pessoas deficientes em alimentação, atendimento médico, odontológico e educativo. Como se observa pelo relatório anexo, a entidade vem prestando relevantes serviços à comunidade.

PROJETO DE LEI N. 206/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. ROBERTO MARINHO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Roberto Marinho, ao longo de sua vida, vem prestando relevantes serviços à

comunidade nacional na área de comunicação, através da Rede Globo de Televisão e também desenvolvendo outras atividades importantíssimas para a Nação, através da Fundação Roberto Marinho.

A homenagem que estamos propondo, é justo reconhecimento a este homem que, através do seu trabalho e dedicação fez com que se formasse a maior rede de comunicação deste país, fazendo com que as notícias cheguem a todos os recantos mais longínquo da nação brasileira de uma forma rápida e precisa.

Através da Fundação Roberto Marinho temos observado a realização de vários programas de Educação, Restauração do nosso Patrimônio Histórico-Cultural e apoio ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas tecnológicas, científicas, etc...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -

Finda a leitura do Expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sra. Deputada Amélia Hruschka. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lindolfo Júnior. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Barbosa, próximo orador inscrito. (Declina).

Havendo declinado e não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Orlando Pessuti. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio, segundo orador inscrito. (Declina).

Havendo declinado e não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal se fará uso do Horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As Associações de Empresários do ramo imobiliário estão criticando o Governo Federal, num ponto que já levantamos por várias vezes, também em posicionamentos.

O Governo Federal não está utilizando os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e os depósitos das Cadernetas de Poupança para a construção de imóveis.

O mercado imobiliário está parado, bem como construção civil e sendo uma das grandes absorvedoras de mão-de-obra, os elevados índices de desemprego têm muito a ver com essa atitude do Governo.

Segundo as denúncias, o Governo estaria segurando o dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da Poupança para cobrir os seus "furos" de caixa.

Ora, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, foi criado com a finalidade específica de gerar recursos para a construção de habitações populares. É bem verdade que o BNH construiu muitas casas, mas as construiu para milionários, não para o povo, para o trabalhador.

A Caderneta de Poupança também foi instituída com a finalidade de arrecadar recursos para o Sistema Financeiro de Habitação. No entanto, Senhores Deputados, tanto o Fundo de Garantia por tempo de Serviço quanto a Poupança não estão sendo utilizados de acordo com a finalidade para a qual foram criados. Assim, existe dinheiro sobrando nos cofres do governo para ser utilizado no financiamento de imóveis residenciais. O governo só não constrói porque não quer. Até parece que está tudo às mil maravilhas para o trabalhador e que não temos carência de moradias, não existindo a classe dos sem-tetos neste País, havendo evidência que trabalhadores têm onde morar - e ninguém tem problema de pagar aluguel. Até parece...

Está aí o reajuste de 354%; e até parece que ninguém está desempregado ou passando fome neste País. A impressão é que vivemos na Ilha da Fantasia, ou então, no País das Maravilhas.

É triste, lamentável, mas é a verdade. O que o Governo deveria fazer é dar a destinação correta aos recursos do Fundo de Garantia e da Caderneta de Poupança.

O governo deveria fazer e mandar construir casas populares para essa grande massa trabalhadora que não tem onde morar.

E Curitiba dá o exemplo: as favelas proliferando. Aqueles que vieram do interior, em busca de uma vida melhor nesta cidade, inchada, morando debaixo de viadutos, embaixo de pontes, e de marquises. É preciso que a política da casa ao trabalhador seja realmente reativada pelo governo federal.

O que o governo deveria fazer e tentar resolver é o angustiante problema daqueles que têm que dormir com a família debaixo de pontes e de viadutos; deveria o governo reativar a construção civil, gerando emprego para milhares e milhares de trabalhadores, que hoje passam as maiores necessidades junto com os seus familiares. Deveria planejar, e encarar com mais seriedade o grave problema social que vive-

mos neste momento, administrando com mais competência os seus próprios gastos, para não ter que lançar mão de recursos que deveriam ser utilizados em favor do trabalhador brasileiro.

E o Presidente José Sarney agora diz que vai administrar as finanças do Governo Federal com mão de ferro. Só esperamos que ele tenha sensibilidade de abrir a mão na questão dos recursos que hoje existem e que estão disponíveis para a construção de casas populares.

Os sem-teto, os sem-emprego, sinceramente agradeceriam a Sua Excelência, por essa atitude humana e cristã.

O PDT, Partido Democrático Trabalhista, está preocupado com esta situação. O PDT se mostra preocupado e este Parlamentar também, com a situação do trabalhador brasileiro, com a sua necessidade de ter a sua casa própria e em condições que, inclusive, ele possa comprar.

De nada adianta se fazerem projetos de casas populares, quando há uma exigência de uma renda familiar de no mínimo de quinze mil cruzados. Ora, desta maneira o trabalhador ou assalariado nunca terá direito e acesso a sua casa. É por isso que, neste momento, o PDT vem fazer esta cobrança tendo a certeza de que terá o apoio de todos os Parlamentares, no sentido de que levantemos a bandeira da casa popular para o trabalhador, para o assalariado.

Nós precisamos, na verdade, fazer as cobranças, porque o que temos sentido é que o Governo Federal tem jogado muita verba pela janela. Aí estão as reportagens que a Rede Globo está a mostrar diariamente, obras faraônicas iniciadas e não concluídas; o dinheiro do povo jogado pela janela, enquanto milhares de trabalhadores não têm aonde morar.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto à Liderança do Partido Liberal se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Partido Liberal realizou ontem, em municípios paranaenses, as suas convenções para eleição dos diretórios municipais e zonais, instrumentalizando-se adequadamente com a registro provisório. Caminhamos por este encontro à uma situação definitiva, de acordo com a política eleitoral, cumprindo um papel que as demais agremiações também terão de cumprir, a fim de se firmarem no contexto político do País.

Acompanhamos nesse domingo, através do telefone, o que se sucedeu nos demais mu-

nicipios paranaenses, participando aqui em Curitiba ativamente da eleição nas zonais, sentindo de perto o entusiasmo que caracterizou esses encontros. Sem ocupar ainda postos executivos, beneficiando-se tão somente da força pessoal de cada liderança na Capital e Interior, pudemos sentir a repercussão da mensagem do PL no comparecimento de cerca de vinte cinco mil filiados, todos demonstrando a melhor acolhida quanto a mensagem que o PL vem transmitindo.

Pelo que pudemos observar, inclusive por informações que ainda hoje estão chegando de todo o interior paranaense, caminhamos para a possibilidade de contar nas próximas eleições com candidatos próprios à Prefeitura e à Câmara Municipal de mais de uma centena de municípios, o que representa um passo destacado do nosso partido. O entusiasmo observado nesta liderança do PL é apenas o reflexo de que pudemos observar nesta comunidade que ontem compareceu em todo o Estado, para reafirmar a confiança no nosso Partido, força emergente da nova fisionomia política que se pretende para este País.

Orgulho-me em ser o porta-voz, neste momento, do Partido Liberal nesta Casa, para comunicar que vencemos uma etapa muito importante na concretização dos diretórios municipais e das zonais, caminhando unidos para a Convenção Regional em outubro próximo, quando temos a certeza que o Paraná poderá sentir de perto o entusiasmo destas lideranças do interior, que unidas as da Capital, trabalharão para transformar o Partido Liberal na ponte de ligação de tantos paranaenses e brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto à Liderança do Partido dos Trabalhadores se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares que compõem esta Casa de Leis. Demonstro a minha satisfação e alegria de, nesta segunda-feira, realizarmos esta sessão tão importante.

Voltamos, hoje, a ocupar este espaço tão importante para manifestar a nossa preocupação com relação à agricultura paranaense. Creio eu que não existem mais dúvidas de que estamos atravessando a sua maior crise de todos os tempos. O Paraná nunca teve uma situação, uma crise, tão séria quanto nos dias de hoje. E o pior de tudo é que pela lógica esta situação tende a se agravar. Se nós todos, o Poder Político, não abrir os olhos e tomar medidas

sérias, eficazes e urgentes.

Conforme o próprio censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicado em 1985, temos no Paraná, 383 mil trabalhadores rurais, assalariados ou bóias-frias. Temos 280 mil que são trabalhadores arrendatários, parceiros, meeiros, que são os sem-terras, e esta situação tende a se agravar tendo em vista as seguintes causas e as seguintes constatações:

1º - A grande falta de apoio por parte do Governo Federal, e conseqüentemente, também do Governo Estadual aos pequenos e médios produtores, tendo em vista a política agrícola que favorece aqueles que têm mais recursos, créditos e facilidades. Os próprios jornais estão publicando nos últimos dias a situação dramática em que se encontram os trabalhadores do Paraná.

O Jornal "Indústria e Comércio" deste dia, noticia por exemplo, que só na Vara Cível de Cianorte, Noroeste do Estado, terra do nobre colega Dirceu Manfrinato, estão em execução 450 ações em propriedades e equipamentos referentes a dívidas que não puderam ser salgadas pelos cafeicultores daquela Comarca. No mês de outubro e novembro certamente essas propriedades irão a leilão.

A situação dos cafeicultores, não só de Cianorte, mas do Estado todo, é tão dramática que 90% deles estão vendendo o que podem para saldar as suas dívidas com os bancos. Segundo o presidente do Sindicato Rural de Cianorte, a falta de compreensão e apoio do Governo com a crise dos cafeicultores irá causar um desastre ainda maior para o setor do que a geada de 1977 e de tudo o que aconteceu até agora. E estima-se que 40% dos produtores de café paranaenses irão desaparecer somente neste ano.

No ano passado, estive no Norte do Estado e pude constatar o preço do café que, dentro do Plano Cruzado, os produtores estavam vendendo o café a Cz\$ 54,00 o quilo e agora nesta semana que passou, estive no Norte e Noroeste e percebendo que os produtores de café estão vendendo o seu produto a Cz\$ 24,00, 25,00, 26,00, 27,00 e 28,00. Então, é impossível continuar dessa forma.

Outra constatação: a insensibilidade e a má fé dos bancos, além da falta de apoio do Governo. Os pequenos produtores estão encontrando um outro inimigo que são, enfim, os próprios bancos, pois a maioria deles não está acatando a determinação do Banco Central em não cobrar a correção monetária dos contratos feitos no tempo do Plano Cruzado. Isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está levando a maioria dos produtores a chegar ao desânimo. Exemplificando: foi aqui, na semana passada,

que o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Laranjeiras do Sul foi preso porque estava devendo Cz\$ 170 mil para o banco e não tinha condições de pagar. Quando a população de Laranjeiras e da região foram fazer as contas, realmente ele estava devendo menos de Cz\$ 80 mil e por isso, ele foi libertado, porque fora preso injustamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu Horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Quando pensamos na renovação das leis no nosso País, com a elaboração da nova ordem jurídica, política, econômica e social, através da Assembléia Nacional Constituinte, imaginamos a reformulação das estruturas de nossa sociedade. Temos todos presentes em nosso pensamento uma nova sociedade idealizada. Nela certamente não haveria desempregados, pois o trabalho, além de dever, é um direito de cada cidadão. Nessa nova sociedade a fome e a miséria seriam erradicadas, pois não condizem com a realidade humana. No sonho de cada um de nós a população teria acesso à moradia e à saúde, sem as quais não se adquire a plena cidadania. E todos teriam, também, direito ao desenvolvimento intelectual. A educação é prioridade em qualquer sociedade moderna que queiramos construir, mesmo que nossos sonhos não sejam muito ambiciosos.

Gostaríamos de aprofundar um pouco a discussão sobre este último item: a educação.

Neste momento em que os representantes do povo brasileiro estão exercendo a tarefa de elaborar uma nova ordem jurídica, social, política e econômica para o Brasil, precisamos discutir e apontar o norte para as questões decisivas e fundamentais do novo texto constitucional. E assim é que devemos fazê-lo.

No campo educacional, a nova constituição deverá fundamentar-se na garantia de todos os cidadãos em ter acesso à educação. O ensino de primeiro e segundo graus deverá ser obrigatório e constituir-se em dever do Estado e direito de todos. Não construiremos uma nova sociedade com um povo analfabeto ou semi-alfabetizado.

Manter a população à margem da educação representou o interesse duvidoso de um Regime de lamentável lembrança, que por vinte anos instalou-se no Brasil. A Democracia interessa um povo culto e consciente de seus deveres e direitos.

O ensino deve ser, necessariamente, público e gratuito. A destinação de verbas à educação deve ser garantida pelo novo texto constitucional em níveis muito superiores aos atuais. O mínimo que se admite é o fixado pela Lei Calmon, de 13% do orçamento da união, e de 25% dos estados e municípios.

Faz-se imperioso, também, que o futuro texto defina com precisão as responsabilidades quanto ao ensino de primeiro, segundo e terceiro graus. Defendemos a divisão que normalmente orientou este campo. Os municípios encarregar-se-iam do ensino de primeiro grau. Os Estados estariam responsabilizados pelo ensino de segundo grau. E à união se determina o ensino universitário. Mas é mister que, de fato, estas normas sejam cumpridas. O que vemos hoje é que alguns estados são beneficiados em detrimento de outros. Temos o exemplo do Estado do Paraná, onde o Governo do Estado arca com as despesas de quatro universidades estaduais, enquanto existe apenas uma universidade federal, em nosso território. Diferente é no Rio Grande do Sul, onde existem quatro Universidades Federais. É preciso que se garanta a equidade na distribuição de verbas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Dentro do tema educação gostaria de regionalizar a discussão, apresento em nome da região de Umuarama, uma reivindicação de seu povo.

Para que todos tenham acesso ao ensino é preciso descentralizá-lo. Faz-se necessário que a escola esteja próxima do estudante. E, neste sentido, queremos chamar a atenção do Paraná para a região de Umuarama, no aspecto de ensino de terceiro Grau.

Da pujança da região de Umuarama, de sua importância no conjunto do Estado do Paraná, e do trabalho dedicado de sua gente, não é necessário falar, pois todos conhecemos estes dados.

Devo salientar que naquela região, Umuarama, existe implantada uma entidade educacional de caráter privado, onde funcionam nove cursos de ensino superior. Em Maringá, através de extensão Universitária da Universidade Estadual de Maringá, funcionam mais dois cursos. A oferta está, o tanto, muito aquém da procura.

Vimos a esta Casa de Leis, em nome da população de Umuarama e região, solicitar criação da Universidade do Noroeste do Paraná. Sabemos que atualmente muitos jovens abandonam o estudo pela circunstância e não possuem condições de residir em

outra cidade, e pela falta de estrutura do ensino local. A criação de uma Universidade na Região Noroeste, com a abertura de novos cursos, permitiria que milhares de jovens pudessem prosseguir os estudos, contribuindo na formação de uma sociedade mais capacitada no Noroeste do Paraná.

Ao solicitarmos a criação da Universidade do Noroeste do Estado, apontamos duas opções para concretizá-la. A primeira delas, que consideramos ser ideal, seria de que a União se responsabilizasse pela criação de uma Universidade Federal. E entendemos que as autoridades representantes do povo do Paraná em Brasília, devem gestionar neste sentido".

O Sr. Nelson Vasconcellos - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Caro Deputado Nilton Barbosa, em primeiro lugar queremos parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, que enfoca um dos problemas mais relevantes da Região Oeste do Paraná, principalmente da Região de Umuarama, que é a política educacional. Vossa Excelência vem à tribuna em defesa da criação da Universidade do Oeste do Paraná.

É uma luta que iniciamos no mandato passado e hoje, somados com a sua luta, em defesa desta Universidade que é o anseio e aspiração da juventude estudantil de nossa Região, quero parabenizá-lo e ser solidário com o seu pronunciamento. Vamos somar esforços para conseguirmos aquilo que os nossos estudantes, a nossa juventude, espera do Governo Federal, do Estado, que é o ensino de terceiro grau gratuito a todos.

Quero parabenizá-lo e quero somar as minhas forças com este jovem Deputado, para que possamos realmente concretizar aquilo que a nossa juventude espera. Agradeço o aparte.

O SR. NILTON BARBOSA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que, com certeza, só vem enriquecer nosso pronunciamento. Sei da nossa luta, ilustre companheiro que representa também a Região de Umuarama, do nosso interesse em ver todos com o ensino gratuito, para que todos tenham a condição de ser alfabetizados.

(continua a ler):

"Outra possibilidade é que o Estado do Paraná, através do repasse de verbas do Ministério da Educação, crie a Universidade Estadual naquela região, proposta que estou materializando em um projeto que apresento hoje à apreciação dos nobres Deputados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Deixo, pois, registrado neste Parla-

mento, o pedido, o clamor de toda uma região de nosso Estado, pela instalação da Universidade do Noroeste do Paraná. Exatamente na cidade de Umuarama. Assim, estaremos contribuindo pela prioridade à educação, e pelo ensino público e gratuito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de cinquenta e quatro Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 49/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Santa Tereza do Oeste. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 50/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Lindoeste. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 49/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Casca-

vel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Santa Tereza do Oeste. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 49/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Santa Tereza do Oeste.

"Começa às margens da BR-277 na nascente do Rio Butu, pelo qual desce até o ponto de divisa entre os lotes 161-162 e posteriormente pela divisa entre os lotes 38-37 atingindo aí o Rio São Francisco Falso Braço Norte, divisas dos lotes 3-5 da Gleba n. 3 da Colônia São Francisco e por esta linha de divisa até a divisa dos lotes 2-4 da mesma Gleba, pela referida divisa até alcançar o Arroio Vital Brasil, subindo por este pela sua margem esquerda até a divisa dos lotes 10-11 da Gleba n. 3 da Colônia São Francisco, e por esta divisa até encontrar a estrada OT-338, seguindo por esta estrada até a divisa dos lotes 22-23 da Gleba n. 3 da Colônia São Francisco, seguindo pela linha divisória dos referidos lotes até alcançar o Rio Central, subindo por este Rio até a foz do Córrego Separação, descendo por este Córrego até alcançar a estrada OT-103, e por esta estrada até alcançar o Rio São Francisco, por este abaixo até a foz do Rio São Martin ou da Casa, por este acima até a sua nascente de onde segue por uma linha seca sentido sudoeste até encontrar o Rio Central e por este acima até a sua nascente direita, de onde por uma linha seca alcança a cabeceira do Córrego Saltinho e por este Córrego descendo pela sua margem direita até a foz do Arroio Formoso, subindo pelo Arroio Formoso pela sua margem esquerda até a foz de seu primeiro afluente pela margem direita e por este Córrego em direção à sua nascente, e daí em linha reta até a nascente do Córrego Gramadinho, e por este Córrego pela sua margem direita até a sua foz no Rio da Paz, descendo por este Rio pela sua margem direita até a foz do Córrego Mangabeira, e pelo Córrego Mangabeira, subindo pela sua margem esquerda até a foz do Córrego Mamangava, e por este Córrego subindo até a Foz do Córrego Mussambinho, e por este Córrego até a sua nascente esquerda seguindo daí em linha reta em direção à nascente do Córrego Branco ou São Lourenço, atravessando a PR-182 e por este Córrego descendo pela sua margem direita até a sua Foz no Rio Gonçalves Dias e por este Rio acima

até a Foz do Córrego Jumelo, e por este Córrego pela sua margem esquerda até sua nascente, de onde alcança a BR-277 pela qual segue em sentido Foz do Iguaçu até encontrar a cabeceira do Rio Butu; ponto de partida".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE.

"Ao Norte, com o ponto de partida na Quadra n. 134, pela BR-277, em direção Oeste até encontrar a Quadra n. 1; daí em direção Sul, pelo Rio Gonçalves Dias, descendo até a confluência do Arroio Melo Nunes, por este à Leste até encontrar a estrada que vai à Capanema; daí até a Quadra 224 em linha reta à Este, até a Quadra 277, por esta, em rumo Norte, até a Quadra n. 183; à Este novamente até a Quadra n. 213, partindo daí, em rumo Norte até o ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
VALDERI MENDES VILELA
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação por seis sessões do Projeto de Resolução n. 49/87, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão e votação por seis sessões, do projeto de lei n. 49/87.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 50/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Cascavel, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Lindoeste. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 50/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo descrita, no Município de Cascavel, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Lindoeste. "Começa no Rio Gonçalves Dias na Foz do Córrego Branco ou São Lourenço, descendo pelo Rio Gonçalves Dias até a Divisa Intermunicipal de Cascavel com Capitão Leônidas Marques, desse ponto segue em direção leste pela referida divisa até alcançar o Rio Andrada, pelo

Rio Andrada acima até a Foz do Córrego Diamante, pelo Córrego Diamante acima até a Foz do terceiro afluente da margem direita, por esse acima até sua nascente, daí em linha reta e seca, alcança a cabeceira do Córrego de divisa da Fazenda da Paz, por esse abaixo até sua Foz no Rio da Paz, descendo pelo Rio da Paz até Foz do Córrego Mangabeira, pelo Córrego Mangabeira até a Foz do Córrego Mamangava, por este Córrego acima até a Foz do Córrego Musambinho, por esse acima até sua cabeceira norte, daí em linha reta e seca alcança a cabeceira norte do Córrego Branco ou São Lourenço, descendo esse Córrego até sua Foz no Rio Gonçalves Dias, ponto inicial".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE LINDOESTE:

"Tem como ponto inicial e final o encontro da Avenida Senador Souza Naves com a Rua Altidorio Vargas, seguindo pela Rua Altidorio Vargas até a Quadra 7-A e 12 (inclusive) com o lote 384 (exclusive) até a Rua Marcílio Moraes, pela referida Rua até a Quadra 19, 25 e 30 (inclusive) com os lotes 382 e 489 (exclusive) até a Rua Casemiro Golicheske, pela referida Rua até a Rua Inácio de Lima, pela referida Rua até a Rua Hugo Portela até a Avenida Senador Souza Naves, até a Rua Altidorio Vargas".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator

Apoiamento: Gernote Kirinus.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 42/87, de autoria do Deputado Rafael Greca, que estabelece o Cadastro de Empresas de Produção Cultural Circense, de Teatros Ambulantes e demais Companhias Congêneres. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 61/87, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sunau Ito. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. -

72/87, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial e educacional Betesda - ASSAEBE", com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 78/87, de autoria do Deputado Acyr Mezadri, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, o lote de terra com área total de 2.425,00m², conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 96/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 311/85, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Jesuítas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 131/86, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prudentópolis - APAE, com sede e foro na Cidade de Prudentópolis, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 199/86, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Padre José de Almeida Penalva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 249/86, de autoria do Deputado Mário Pereira, que denomina Atílio Mezzon, o trecho da Rodovia PR-575, que liga a sede do Município de Nova Aurora ao seu Distrito de Palmitópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e EMENDA, por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.
Emenda - Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 272/86, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública,

o Movimento de Ação Ecológica - MAE, com sede e foro em Curitiba - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 109/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação Cooperativista para o Trabalho em Obras Sociais - ACTOS, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 114/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Fundação do Bem Estar ao Menor - FUBEM, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 130/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Cantagalo, com sede e foro em Cantagalo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 131/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cantagalo, com sede e foro no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 51/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de Plebiscito na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 51/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha.

"Tem como ponto inicial e final a foz do Rio Grongoró no Rio Piquiri; pelo Rio Piquiri, divisando com o Município de Turvo, até a barra com o Rio Paiquerê; por este, até encontrar sua cabeceira; deste ponto, por linha seca, até encontrar a ca-

beceira do Arroio do Passo do Jacu; pelo Arroio Passo do Jacu, até encontrar a Rodovia asfaltada PR-460; deste ponto, segue pela Estrada Passo do Jacu - Cará Pintado ou Passo do Jacu - Marrecas dos Índios, até encontrar o Arroio Fundo, ainda divisando com o Município de Turvo; pelo Arroio Fundo acima, até a sua cabeceira, divisando com o Município de Guarapuava; deste ponto, pela cumeada da Serra da Boa Vista, até encontrar a Estrada Palmeirinha - Guairacá; pela Estrada Palmeirinha - Guairacá, até o entroncamento com a Estrada São Pedro - Guarapuava (via Faxinal dos Fiusas); pela Estrada São Pedro - Guarapuava (Via Faxinal dos Fiusas) até encontrar o Rio Faxinal; pelo Rio Faxinal abaixo, ainda divisando com o Município de Guarapuava, até a sua foz no Rio Coitinho; pelo Rio Coitinho abaixo, até a ponte BR-373-277; daí, pela BR-373-277, até a ponte sobre o Rio Campo Real; daí, subindo o Rio Campo Real até a foz do Lajeado dos Porcos; pelo Lajeado dos Porcos acima até a ponte na Estrada Goioxim - Guarapuava - Campo Fechado; pela Estrada Goioxim - Guarapuava - Campo Fechado, ainda divisando com o Município de Guarapuava, até o entroncamento com a Estrada Capão da Lagoa; pela Estrada Capão da Lagoa até a Estrada da Lagoa - Cantagalo até o seu final; deste ponto, em linha seca, até o Rio do Poço; pelo Rio do Poço acima até encontrar o ramal que liga a Estrada Capão da Lagoa - Cantagalo à Estrada Rondinha - Grongoró; pelo referido ramal, até a Estrada Rondinha - Grongoró, divisando com o Município de Cantagalo; pela estrada Rondinha - Grongoró, até encontrar o Arroio Cachoeira; pelo Arroio Cachoeira abaixo até a sua foz no Rio Grongoró, pelo Rio Grongoró abaixo, ainda divisando com o Município de Cantagalo, até sua foz no Rio Piquiri".

MEMORIAL DESCRITIVO O PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE PALMEIRINHA.

"Começa na Estrada Guarapuava - Pitanga, no cruzamento com a Rua Manoel de Campos; segue pela Rua Manoel de Campos até encontrar a Rua Antônio França; segue por esta Rua até encontrar um banhado que serve de divisa dos imóveis Palmeirinha e Butiazinho ou Palmeira; segue pela divisa citada até encontrar um marco de divisa do Quinhão n. 9; deste ponto, segue em linha reta, sempre na divisa dos imóveis, até encontrar o marco no canto do Quinhão de n. 6, à margem do Arroio do Monjolo ou Butiá dividindo com o Quinhão n. 1, até encontrar o marco de Canto na divisa do Quinhão n. 2; por esta, até encontrar o marco de canto do Quinhão n. 3, na divisa do Quinhão n. 4; por esta divisa, até o marco colocado na divisa do Quinhão n. 1-A, pertencente a sucessores de Maria Berger Sil-

va; e, por esta divisa até encontrar a Estrada Guarapuava, a Pitanga; pela Estrada Guarapuava a Pitanga até o cruzamento com a Rua Manoel de Campos".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

Apoio: Nelson Vasconcellos e Antônio Belinati.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - (Para Encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Apenas para destacar, Senhor presidente, a presença, nesta Casa, da comunidade de Palmeirinha, que vem para dizer a nós, Deputados, e a todo o Paraná, que desejam a sua emancipação política.

Nós somos apenas o instrumento usado por aquela comunidade para criar o Município de Palmeirinha. Então, Senhor Presidente, aproveitamos para encaminhar esta votação, destacando a presença maciça dos Senhores Membros da comunidade de Palmeirinha que, embora com muitas dificuldades, se deslocaram a Curitiba, fretaram dois ônibus e aqui estão, demonstrando que realmente querem a sua emancipação política.

E nós, como Deputados, sentimos-nos sensibilizados pela presença desta comunidade nesta Casa de Leis, e acredito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que com essa demonstração de união, essa demonstração de que na hora em que uma comunidade deseja e quer atingir seu objetivo, ela deixa de lado, inclusive, ideologia, partidos políticos e se une para alcançar a finalidade específica. Porque aqui, nesta Casa, nós vemos hoje, simpatizantes de todos os partidos políticos, líderes que apoiaram diversos candidatos a deputado e que hoje estão todos aqui, reunidos, de mãos dadas, pedindo a sua emancipação política.

E, eu tenho certeza que esta Casa não lhes negará a emancipação política, não somente hoje porque a comunidade está aqui, mas também nas duas outras votações, porque este Projeto de Resolução entrará em pauta por mais duas sessões, quando a comunidade não poderá estar presente, e esta Casa não deixará de dar o apoio, criando assim o Município de Palmeirinha.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Continua em Votação o Projeto de Resolução 51/87.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Para Encaminhar)
Senhor Presidente, Senhores Deputados,
Senhora Deputada.

Quero apresentar a solidariedade do Partido Liberal à esta iniciativa do Deputado Artagão Mattos Leão, baseada na necessidade de progresso na região Centro-Oeste do Estado do Paraná. Guarapuava, de tantas tradições históricas, tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento da Região, mercê da operosidade de muitas pessoas que labutam nas administrações públicas daquela próspero Município.

Foram criados Municípios como Laranjeiras do Sul, Pinhão, Turvo e Cantagalo. E observamos que estes Municípios prosperaram pela operosidade das pessoas que ali vivem e trabalham.

Que não se diga que Guarapuava ficará prejudicada com a criação do Município de Palmeirinha. Ao contrário, ficará ainda mais importante como pólo das atividades educacionais, sociais e econômicas, porque cada município criado, via de regra, neste Estado do Paraná, em regiões como a de Guarapuava, tem alcançado um índice notável de prosperidade.

Estamos inteiramente solidários com esta iniciativa muito feliz e oportuna. E o nosso voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em votação o projeto 51/87.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Notamos hoje a alegria do nosso querido colega, Deputado Artagão Mattos Leão, quando falava sobre esse projeto da criação do Município de Palmeirinha.

Senhor Presidente, nós tivemos a oportunidade de relatar essa matéria e a razão desse momento é dizer que a Bancada do PDT, do nosso Partido, do Partido Democrático Trabalhista, também votará favoravelmente à criação desse município, desde a sua Primeira Discussão até a Redação Final, esperando que Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, Álvaro Fernandes Dias, dê ao povo de Palmeirinha o presente que ele tanto merece que é a emancipação, a criação do seu próprio Município.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Continua em votação o projeto nº 51/87.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Na data de hoje esta Casa registra a presença de uma comitiva numerosa, do meu município, de tantas tradições no Paraná, que é Guarapuava. Aqui se encontra, para acompanhar os trabalhos legislativos desta Casa, uma comitiva de moradores tradicionais da região de Palmeirinha, então Distrito do Município de Guarapuava.

E vieram a esta Casa para acompanhar os trabalhos da discussão do Projeto de Resolução de autoria do Nobre Deputado Artagão Mattos Leão, que prevê que esta região, especificamente dos Distritos de Palmeirinha e de Campina do Simão, venha a ser mais um novo Município no Paraná.

Devo lembrar, nesta Augusta Casa de Leis, no Parlamento do meu Estado, que Guarapuava sempre esteve, como está, representada por ilustres Parlamentares. Eu relembro aqui desta minha centenária Guarapuava, um dos Municípios mais antigos do Paraná, que desde os idos de 1819 passou a ser um dos Municípios desbravadores do Paraná, e que, dessa Região Centro-Oeste para a Região Sudoeste e para a Região Oeste do Paraná, contribui para o progresso deste Estado, para o desenvolvimento de uma das Regiões mais ricas do Paraná. Como Guarapuavano, quando aqui nesta Casa se encontra matéria dessa natureza para ser discutida, eu não poderia deixar, como seu representante legítimo nesta Casa, como Deputado mais votado naquela Região, de manifestar e dizer que sempre haverá de estar no espírito e no desejo de uma comunidade por menor que ela seja, a vontade de ter a sua emancipação, a sua elevação à categoria de Município.

Houveram por bem nesses cento e sessenta e poucos anos de existência do meu Município, de ser Guarapuava o Município-mãe de quase oitenta Municípios do Estado do Paraná, porque quando Guarapuava constituiu-se Município, nem o Paraná era o Paraná, o Paraná ainda era da categoria e da Província do Estado de São Paulo.

Recordo-me, pela própria História do Paraná, que, de lá, quando foi necessário, a Augusta Câmara de Vereadores ou os então Camaristas de Guarapuava, já em 1853 participaram do desbravamento e principalmente do início do então Estado do Paraná!

Quando foi necessário defender o Brasil, quando foi necessário levar até às barrancas do Rio Paraná a garantia que o território brasileiro estaria assegurado ao Paraná, lá da minha terra os desbravadores foram até às barrancas do Paraná, para defender o nosso querido Brasil!

Lembro-me que, nesta ocasião a história conta, o então Rei recebeu da Câmara de Guarapuava um Memorial que dizia que lá estariam os guarapuavanos para defender a Pátria brasileira.

Mas, hoje, meus ilustres companheiros, colegas Deputados, encontramos-nos novamente neste Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná para discutirmos mais um desbravamento, ou melhor, um desmembramento do meu Município, e esse desmembramento, como eu disse, haverá de ser solucionado definitivamente, haverá de ser decidido pela comunidade envolvida, dos Distritos de Palmeirinha e Campina do Simão. Nesta fase, a Assembléia Legislativa do Paraná, por força da própria Legislação não poderá negar a aprovação do Projeto de Resolução. Caberá, sim, a decisão final àquelas comunidades, especificamente, da Palmeirinha, dos Distritos de Palmeirinha, e da Campina do Simão, dois tradicionais Distritos do meu município, a solução definitiva, se deverão tornar-se um novo Município do Paraná ou se continuar-se-ão sendo guarapuavanos, pela sua origem e pela sua existência.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é isto que quero dizer, ao saudar aqui não só os meus colegas Deputados, minhas colegas Deputadas, mas também a comunidade que veio até esta Casa, para acompanhar a solução desse Projeto.

Apresento os cumprimentos, e deixo a solução sem dúvida nenhuma, a decisão à comunidade envolvida, para a solução dos seus destinos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Continua em votação o Projeto nº 51/87. APROVADO.

Esta Presidência registra com muita satisfação a presença dos moradores de Palmeirinha e lhes dá as boas vindas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Bruno Gali Prado Fonseca, ocorrido no dia 25 de agosto do corrente ano. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Marlene Marques

Pletz, nesta Capital. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Escola Estadual Professor Colares, do Município de Ponta Grossa, pela passagem de seu Jubileu de Ouro. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 79/87, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terreno pertencente ao Estado, ao Município de Imbituva, localizado no Distrito de Guamiranga. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 53/87 e o Projeto de Lei nº 217/85. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do "Dia Nacional do Bancário". APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando anexação do Projeto de Lei nº 175/87 ao Projeto de Lei nº 259/85, tendo em vista que os projetos em tela versam sobre a mesma matéria. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Estado de Política Habitacional, encarecendo o asfaltamento para as ruas do bairro Aeroporto, onde está situado o conjunto habitacional do Município de Jacarezinho. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da Política Habitacional e ao Comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar, viabilizando a construção de unidades habitacionais para os integrantes da 2ª Cia. do 7º Batalhão da Polícia Militar, no Município de Umuarama. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado dos Transportes e ao Diretor do DER, encarecendo a construção do acesso asfáltico, ligando a PR-163, ao Distrito de Canzionópolis, no Município de Pranchita. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Prefeito Municipal de São José dos Pinhais e Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a construção de um posto de saúde para atendimento aos moradores da Planta São Marcos, Jardim Fabíola e Jardim Carmem. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, com apoio do Senhor Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final de todos os Projetos de Lei aprovados hoje em 3.^a Discussão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, com apoio do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Deputados, chefiada pelo Presidente desta Assembléia, para acompanhar junto à Assembléia Nacional Constituinte, os assuntos de alto interesse e importância para o Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional e Diretor da COHAPAR, encarecendo a construção de (cinquenta) casas populares, através do Sistema Financeiro da Habitação, no Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, sobre o Projeto de Ocupação Racional da Ilha do Mel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do documento "Educação e constituinte", contribuição ao debate, da Universidade Federal do Paraná, formada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria deixa de ser publicada por não constar a devida documentação).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo a fixação de critérios para a contratação de menores, no mundo artístico, para a representação de papéis de personagens de mau caráter. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde, manifestando preocupação desta Casa no caso do uso indiscriminado, nos hospitais, de soros nacionais que pela falta de esterilidade não garantem a segurança do paciente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, encarecendo o envio de expediente ao Senhor Relator da Comissão de Sistematização, para que seja tomado firme posicionamento contra qualquer proposta a ser inserida no Texto Constitucional que objetive a legalização do "aborto" no País. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados Werner Wanderer e Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a liberação de verbas para benfeitorias no prédio da delegacia de polícia, do Município de Bom Sucesso. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo uma revisão no programa de execução das obras de construção de estrada do Contorno Leste, no Município de Apucarana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO SA., por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, viabilizando a inclusão da Região Oeste e Sudoeste do Paraná no Plano de Financiamento à Casa Própria, a ser operado pelo BANESTADO SA- Crédito Imobiliário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Família Arndt pela inauguração da NGM - Physical Center, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem

do Dia, do Projeto de Lei nº 53/87, que trata do Regime Diferenciado de Trabalho para os professores da rede estadual de ensino. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado encarecendo informações sobre a aquisição de apartamentos, ambulâncias e de prédios para financiamento de órgãos estatais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem). Senhor Presidente.

Quero deixar registrado nesta Casa os votos de pesar, permitam-me falar em nome de todos os Senhores Deputados, ao grave acidente que sofreu um companheiro nosso, superintendente do INAMPS no Paraná, Doutor Ambrósio Jorge, militante do PMDB em Londrina e também no Estado do Paraná. O acidente foi agora de manhã, nas proximidades de Registro.

Eu quero deixar lavrado nesta Casa um voto de pesar ao companheiro Ambrósio Jorge, Superintendente do INAMPS, no Estado do Paraná, e neste exato momento o seu corpo está sendo transladado para Curitiba e o seu sepultamento deverá ocorrer amanhã na cidade de Londrina.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência se associa aos votos soli-

citados por Vossa Excelência, Deputado Luiz Carlos Alborghetti e pede a Vossa Excelência que faça a sua solicitação por escrito a esta Mesa.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)-

Senhor Presidente, em nome da Liderança da Bancada do PMDB nesta Casa, nós queremos também nos associar ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, consignando voto de profundo pesar pelo passamento do brilhante advogado Superintendente do INAMPS, Doutor Ambrósio Jorge.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ambrósio Jorge, ocorrido no dia 30 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 01 de setembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 311/85, 181/86, 249/86, 272/86, 109/87, 114/87, 130/87 e 131/87.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 50/87 e 51/87.

Levanta-se a Sessão.